MARCIA NEDER
Psicanalista

TERRORISMO CONJUGAL E DOMÍNIO DA SEXUALIDADE FEMININA

"A ALEGRIA DE MATAR! A ALEGRIA DE VER MATAR REALIZADA – ESTES SÃO OS TRAÇOS DA RAÇA HUMANA EM GERAL"[1]
MARK TWAIN

FERID

"O QUE FALTOU? A MORTE, TALVEZ?"

2021 ainda não tinha terminado quando uma notícia se espalhou pelo mundo: Margaux Pinot, a judoca francesa de 27 anos, postou em suas redes sociais a foto de seu rosto machucado. A campeã olímpica foi agredida por seu parceiro e treinador. Ele foi absolvido pelo Tribunal de Bobigny, que julgou não haver provas suficientes de sua culpa.

Indignada, a medalhista em Tóquio contou que o companheiro a tinha agredido e era o responsável por suas feridas e pelo "sangue no chão do apartamento". Descreveu a violência dos ataques sofridos: "Fui insultada, socada, minha cabeça foi batida várias vezes no chão. E, finalmente, estrangulada. Pensei que iria morrer. Consegui fugir para me refugiar com meus vizinhos, que imediatamente chamaram a polícia. Tenho vários ferimentos, incluindo um nariz quebrado e vou passar dez dias longe do trabalho". A seguir criticou a decisão da Justiça, que soltou seu agressor a partir de uma defesa "caluniosa": "De que vale a defesa caluniosa deles contra minhas feridas e o sangue espalhado no chão do meu apartamento? O que faltou, a morte, talvez? O judô foi o que provavelmente me salvou. Penso naquelas que não podem dizer o mesmo".

DAS

Seu caso gerou imensa indignação na França e em muitos países, que ecoaram suas palavras: "O que faltou? A morte talvez?" Judocas conhecidos denunciaram em suas redes a decisão do tribunal e manifestaram apoio à mulher. Teddy Riner, também campeão olímpico, disse ser "uma questão de vida ou morte" e perguntou: "O que é preciso fazer para que as vítimas sejam ouvidas? Todos os dias mulheres, crianças e os mais vulneráveis enfrentam a violência, seja física ou moral. É intolerável".

Após a prisão de Alain Schmitt, a Associação Israelense de Judô retirou a proposta de trabalho que lhe havia feito para treinar a seleção feminina de Israel. Suspendeu todo contato com ele, que foi detido horas antes de viajar.

Mês seguinte, janeiro de 2022, a imprensa brasileira divulgou carta assinada por mais de mil advogados repudiando as declarações de dois criminalistas famosos. Um deles, Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, discursou com veemência para uma plateia e sob aplausos de advogados: "se o crime já aconteceu, de que adianta punir?" Na carta os advogados discordam da tese: "a advocacia brasileira não glamouriza o crime, o criminoso, a injustiça, a impunidade e a corrupção". Menos mal, pensei. Nem todos os pares compartilham o desejo de impunidade, verdadeira praga em nossas vidas.

Nesse momento em que escrevo, o jornalista Ariel Palácios anuncia em seu Twitter uma manifestação na Argentina contra a impunidade da Justiça brasileira. A atriz Thelma Fardín acusou o ator Juan Darthés (nascido no Brasil e criado na Argentina) de estupro em 2009, aos 16 anos. Filmavam na Nicarágua onde fez a denúncia, mas a Justiça do país não se interessou. Na Argentina foi acusado por outras atrizes, mas foi salvo pela prescrição do crime, "um país machista como outros da região que ainda vivem na Idade Média nesse âmbito". Seus advogados desistiram de sua defesa e ele fez "o que era previsto": "fugiu para o Brasil". A lei brasileira impede a extradição de cidadão brasileiro.

A primeira audiência no Brasil ocorreu em 2021, e a esperança era que o caso avançasse, levando finalmente a condenação e detenção do acusado. Mas só recentemente o tribunal de SP, a pedido da defesa do ator, determinou que a jurisdição não era sua. "Isto é, tudo volta ao ponto de largada. É como se Thelma Fardín estivesse quase a ponto de concluir o calvário jurídico e tivesse que voltar praticamente ao início do tenebroso percurso." Por isso hoje, 10 de fevereiro (2022) ocorrerá uma manifestação no Consulado do Brasil, "Contra la impunidad de la Justicia de Brasil".

Essa fama nos persegue mundo afora e já se tornou valiosa *commodity* de um país que virou piada pronta no cinema. Luta por justiça aqui é a de Sísifo e sua sina implacável, condenado a empurrar sua pedra até o cume de uma montanha da qual ela descia, obrigando-o a recomeçar a tarefa inglória por toda a eternidade. Assim somos nós, *psi*, educadores, pais e mães, mulheres e qualquer cidadão que cruze o portal supremo dos tribunais. As violências contra as mulheres vão pelas brechas desse sistema.

Na última edição desta Insight Inteligência, Bárbara Gomes L. Baptista analisou a imparcialidade do juiz, concluindo ser uma idealização sabidamente impraticável na realidade social, mas necessária à crença no sistema de justiça.

Pode até ser que do ponto de vista do olhar do sistema para seu umbigo a crença pareça funcionar. Não sei se é possível dizer o mesmo se os ilustres se vissem pelos olhos dos excluídos do Olimpo. "Para que e a quem serve essa caríssima parafernália que nós sustentamos?" – pergunta frequente que sugere descrédito. O que só alimenta a violência no país: entre famílias e na sociedade, convidando a volta da barbárie, do costume medieval do linchamento. Recado dado, recado aprendido: cada um por si resolvendo seus conflitos se na Bananalândia a impunidade é a regra. É ela que oferecemos como modelo na socialização da criança – de novo, trabalho de Sísifo.

VER

"A vida de uma mulher não vale nada nesse país! Decepcionada", escreveu uma amiga, pesquisadora das políticas públicas de gênero. Terminava naquele momento o julgamento da tentativa de assassinato da nossa amiga comum, psicóloga e professora universitária como nós. Ex-aluna e orientanda (mestrado e doutorado) ela vive agora numa cadeira de rodas sem falar, andar, doutorar-se, viver sua vida. Mãe interrompida, não pode mais cuidar do filho mais velho e da caçula, do seu segundo casamento, uma criança negra enfrentando na escola as dores do racismo. Quantos dos cidadãos que se sentam em um tribunal do júri para julgar casos como o dela abrigam-se em exortações à impunidade invocadas e exibidas pelos exemplos oferecidos pela sociedade?

Representada pela Defensoria Pública, minha amiga não pôde contar com os milagres das grandes bancas. Como de hábito, o agressor culpou a vítima alegando legítima defesa – e a mulher não pôde falar a história que seu corpo contava. Sua defesa alegou que foi para defender-se dela que ele a atacou com facadas no pescoço até quebrar a arma, além de outros ferimentos. Salva pelo filho, que a encontrou em meio ao sangue no chão, na sua cadeira de rodas ela assistiu ao julgamento que o condenou a 2 anos no semiaberto. De fato, a vida de uma mulher não vale nada nesse país.

"Usa *status* de ministro para subjugar, diz enteada de Admar Gonzaga, do TSE" (Estadão). Mais um caso a chocar a ralé dessa república minúscula, meia-boca, na segunda década do século XXI. Afinal, tratava-se de um magistrado de corte superior do país. Elida registrou boletim de ocorrência por violência doméstica, agredida pelo marido física e verbalmente. Fez o exame no IML e contou que ele "despejou enxaguante bucal no seu corpo" e empurrou-a pelo rosto. O marido a agrediu moralmente: "prostituta", "vagabunda", "você não serve nem pra pano de chão", "escrota", "você não vale o que eu represento", "quer acabar com minha carreira?". Sofre "pressão psicológica", "agressões físicas e verbais"; ele "a subjuga valendo-se do seu *status* de ministro do TSE" e ela "dona de casa" que "depende do agressor para o seu sustento". Casados há 11 anos, ele é muito agressivo e há 7 meses ela acionou a Polícia Militar em uma briga, mas "não formalizou o ato". Sua filha mora com eles e depôs como testemunha; sem ter presenciado as agressões físicas ouviu os insultos: "puta", "eu quero que todos vejam a pessoa com quem convivo", "quero que você saia para eu te ver na sarjeta". Repete que o ministro é muito ciumento e controlador, proibindo a mãe de estudar, e que usa do seu *status* de ministro para subjugar a vítima, que é dona de casa.

No mesmo dia, depois de registrar o BO e ir ao IML, Elida voltou à delegacia para fazer uma retratação e pedir o arquivamento da investigação.

A defesa, "o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay", só quer o pedido de retratação, o "arquivamento por falta de justa causa". De fato, em maio de 2021 Admar Gonzaga foi absolvido por "falta de provas" da acusação de violência contra a mulher pela juíza do Juizado de Violência contra a mulher de Brasília.

Elida e Margaux, vítimas de dupla agressão: pelo marido e pela "acusação caluniosa" ou "falta de provas". IML, testemunhas, fotografias: nunca há provas?

"Por que as mulheres permanecem com seus agressores?", perguntam todos quando descobrem o que ocorria entre as quatro paredes. É o que me pergunto neste artigo. Por que ela sabe que denunciar é prolongar suas dores, vergonha e humilhação, saindo mais desmoralizada pela eterna "falta de provas"? Por que ela já trava uma guerra sem exército para sair viva do inferno que se tornou a privacidade do seu lar, esconderijo perfeito para o terrorista manter sua refém? As vítimas da violência dos maridos são de fato "Guerreiras e sobreviventes", para falar com Mary del Priore.

RGONHA

POR QUE ELE AGRIDE? DE SINAL DE POTÊNCIA À EXPRESSÃO DA IMPOTÊNCIA

Em 1977 dois jornalistas americanos, Roger Langley e Richard C. Levy, publicaram sua reportagem "Mulheres Espancadas. Fenômeno invisível". A tarefa mais difícil durante a pesquisa foi a de se lembrar de que tudo o que relatam no livro "é real, documentado e confirmado", explicam. Os fatos investigados "são tão assustadores, tão trágicos e ultrajantes que, à medida que conhecíamos mais o assunto, começamos a nos perguntar se o público chegaria a acreditar na magnitude e na gravidade do problema do abuso conjugal nos Estados Unidos". "O espancamento de esposas nos Estados Unidos é um passatempo quase tão popular quanto o beisebol" (Mulheres em Transição, manual que orienta as americanas na separação citado à p. 26).

Os jornalistas tinham razão. Passadas duas décadas do século XXI, continuamos a nos chocar com os relatos. A diferença é que, por profissão, nós, *psi*, ouvimos *in natura* e de fontes diversas. A barbárie invisível exposta no livro é a mesma que continua a se repetir aqui, embora hoje alcance visibilidade maior.

O sociólogo Murray Straus, citado pelos autores, soa bem atual. Tido como um dos maiores especialistas em abuso conjugal, ele disse (p. 31): "A família é preeminente em todos os tipos de violência, de bofetadas a torturas e assassinatos. Existem algumas regras informais que tornam uma licença de casamento uma licença de espancamento."

Com a reportagem e sua publicação, Langley e Levy queriam despertar o interesse, estimular a reflexão e oferecer "uma central de informações" sobre um assunto "extremamente negligenciado". "Mulher espancada" vale para a casada e solteira presas em relações violentas. O livro foi publicado pela Hucitec, que julgou o tema relevante porque, no Brasil de 1970/80, assassinatos famosos viviam no noticiário. O momento "pedia" o livro: "fatos brutais contra mulheres sobre as quais recai uma leve suspeita de infidelidade. Ao homem é dado o direito de trair. A mulher é condenada à morte por mera suspeita. Os assassinatos de mulheres em Minas Gerais, que certamente ficarão impunes, provocaram a revolta em muitas mulheres capazes de escolher o próprio destino".

Fabrice Virgili, historiador francês especializado em relações entre homens e mulheres durante as duas guerras mundiais, escreveu "Virilidades inquietas, virilidades violentas" no século XX, da "História da Virilidade". Relata o assassinato da atriz Marie Trintignant em 2003 por seu companheiro, um cantor famoso, que foi notícia pela celebridade dos protagonistas e provocou posicionamentos contraditórios: os que davam relevância ao caráter passional da relação entre o cantor e a atriz e os que colocavam a sua morte entre as de muitas mulheres vítimas de violências conjugais.

Entre outros "casos emblemáticos", Virgili conta o de Sohane Benziane, 17 anos, que, em outubro de 2002, foi queimada viva em um porão por seu ex-namorado, que recusava a separação. Ao sair de lá com seu corpo envolto em chamas gritando de agonia, sua morte foi testemunhada por uma dúzia de outros colegas saindo da aula. Apesar do testemunho de assassinato intencional, o acusado foi condenado por tortura e barbárie levando à morte não intencional. Até 1970-80, as violências contra a mulher foram julgadas privadas, cuja regulação pertencia à família. A partir daí começamos a mudar porque o movimento feminista passou a atribuir uma dimensão política às violências.

Assunto da família patriarcal, acrescento, porque agredir a mulher é um direito do patriarca, do *pater*. Ele é o poder e, pois, deve vigiar e agredir a mulher e tudo que lhe aprouver para manter a ordem patriarcal centrada na hierarquia e no poder do homem. "Castigar" a mulher é um dos seus direitos entraria pelo século XX como atestado e garantia de sua virilidade do homem.

Já demonstrei em "Déspotas mirins, o poder nas novas famílias" que ao longo do século XX essa família patriarcal sofrerá abalos sucessivos. Mesmo assim prevaleceu de fato – e até já avançada a segunda metade do século passado – essa hierarquia natural que fazia da mulher inferior ao homem. A recusa da hierarquia e contestação da autoridade que tomou conta da sociedade pós-guerra, e a invenção da pílula anticoncepcional com sua possibilidade de exercer a liberdade sexual sem temer a gravidez, reorganizaram as relações conjugais, igualando os dois membros do casal. Os tremores sofridos pelo patriarca culminariam, no final do século, no que chamei de "pedocracia", palavra que não existe (pelos menos à época que escrevi). E, portanto, não foi "a mulher, mas a criança quem saiu vitoriosa" nessa antiga guerra familiar.

As lutas das mulheres explodiram com intensidade na segunda metade do século, abrindo espaço para um caminho de luta pela igualdade, respeito, valorização. Mas a concepção moderna da maternidade que, enfim, ganhara o Ocidente, acorrentou a mulher aos filhos. Por isso, no livro seguinte, eu os chamei de "Os Filhos da Mãe". Depois da luta ferrenha travada pelos séculos XVII e XVIII, cuja face mais famosa é a de Rousseau, o filho foi finalmente anexado à mãe, e a maternidade amaldiçoada passou a ser santificada.

A "pedocracia" fez do filho o tirano (no sentido que dou a esse termo, original grego da tragédia de Sófocles, "Édipo Tirano", transformado em "Édipo Rei") da família, regulada pelas necessidades e pelos desejos do pequeno deus. Ora, o humano ao nascer depende de um adulto – não depende de uma família. Entre nós, esse adulto tem um gênero que é o feminino –, a mãe, como exigiu Rousseau com outros. É ela que tem o dever de cuidar do filho, antes entregue ao encargo da ama de leite e ama seca e, depois dos 4 anos, à governanta e ao preceptor ou ao trabalho. A casa antes e depois da era industrial não era a mesma da produção artesanal e do comércio, e da incipiente vida urbana.

ATRAVÉS DA CRIANÇA, A MULHER, EM VIAS DE ESCAPAR, PERMANECE A PRESA DA FAMÍLIA

Essa criança moderna começa a surgir, de fato, no século XIX. Apesar da forte resistência imposta por homens e mulheres a essa campanha da maternidade santificada, detonada por filósofos, moralistas, Igreja, médicos, direito – que transformaria a imagem da criança amaldiçoada da Antiguidade até o século XVII, fardo insuportável merecedora de infanticídio e indiferença, na criança moderna. A modernidade recalca o fruto do ventre amaldiçoado e, em seu lugar institui o pequeno deus a quem a mãe, e só a mãe, deve idolatrar e cultuar. Um entre os tantos instrumentos da campanha é a iconografia sacra, que multiplicara as madonas ou virgens com o menino em adoração ao seu pequeno deus, levando o Ocidente a nossa "infantolatria" e, por essa via, à "maternolatria".

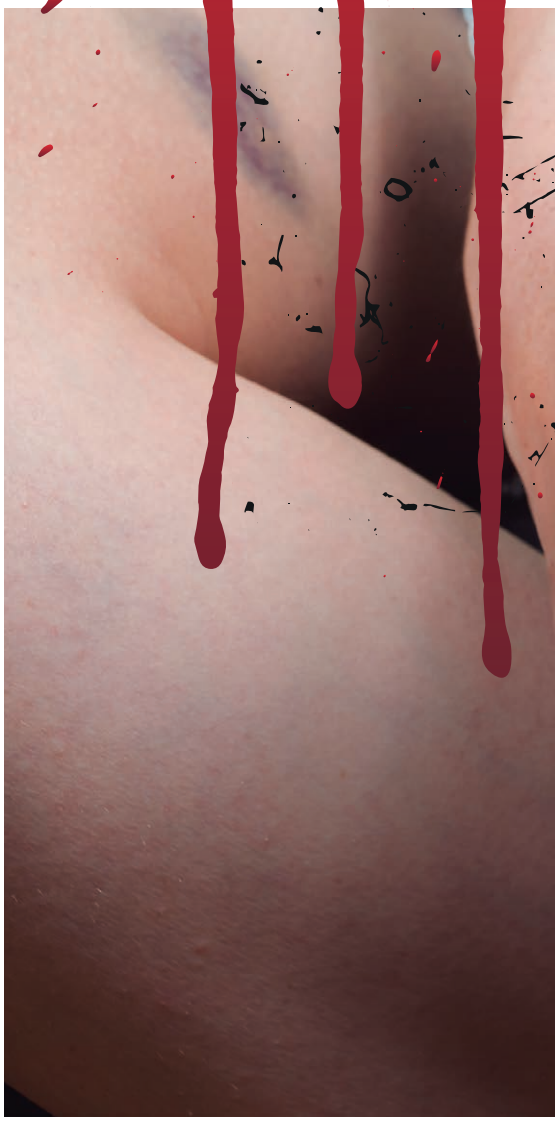
Os movimentos de emancipação feminina explodem num contexto em que essa campanha já havia chegado à América, em Chicago, onde, nos anos 1950, mães católicas militantes fundaram La Leche League (LLL) prolongando as campanhas pela amamentação materna do século anterior. O século XIX é chamado de "o século da mãe".

Através da criança, a mulher, em vias de escapar, permanece a presa da família. O álibi agora para coibir, restringir, cercear sua liberdade é sua "superioridade" – desde que seja mãe. Não por acaso a maternidade é um problema para o feminismo, a "quadratura do círculo", diz a historiadora feminista Yvonne Knibiehler. "O feminismo precisa, antes de mais nada, repensar a maternidade. Todo o resto lhe será dado como acréscimo."

Não cabe retomar o que já escrevi nos livros citados. Para ser breve: a misoginia ancestral da cultura encontrou abrigo na mistificação da maternidade: a "maternolatria", mitologia que repete o culto do nascimento do Menino que a santa mãezinha deve idolatrar. Seu pequeno tirano determina, segundo nos dizem, quantas horas podemos dormir, se e quando vamos nos alimentar, se e quando podemos trabalhar e ser remuneradas e se podemos nos livrar do casamento: qualquer decisão da mãe agora passa pelo filho. Nossas instituições, conhecimentos científicos, pediatria, direito, todos, convergem para o ideal "familista" submisso à "pedocracia" e à "maternolatria".

Na primeira década do século XX, a psicanálise demonstrou a origem sexual da violência do homem contra a mulher, Virgili diz: o homem agride porque não consegue realizar o ato sexual. "Do castigo, sinal da potência, passava-se à violenta manifestação da impotência" (Virgili, p. 97). A violência foi privatizada para esconder a agressão porque agora a agressão do homem contra a mulher revelava sua impotência sexual – o que garantia (garante?) a sua masculinidade. "O dele é maior do que o meu?", berram os agressores em seus ataques de fúria e agressão quando seu objeto se movimenta.

Mas sexualidade em psicanálise não se confunde com união genital: sexual é o que dá prazer, inclusive prazer de dominar e destruir o outro como nos lembra o Marquês. Eis porque agredir e matar são atos de prazer e, pois, sexuais: o prazer de destruir o seu objeto. Pulsões eróticas e destrutivas se combinam em homens e mulheres e são o combustível de nossa vida psíquica: nossos atos, pensamentos, movimentos. E implicam as pulsões parciais (olhar, comer/beijar, dominar). E seus destinos: repressão, sublimação, perversão, projeção, angústia de castração e outros mecanismos inconscientes. Não fosse isso, como tratar a criança como "perverso polimorfo"?



Nos primeiros séculos do cristianismo, os patriarcas da Igreja organizaram filosoficamente a doutrina cristã na Patrística, que retomou no seu próprio diapasão a misoginia da divisão afirmada pela filosofia grega entre a matéria/sensível e o espírito/imaterial. Um diapasão que era o ódio extremo à mulher, concebida como o pecado em forma de gente, e o seu fruto, fruto da maldição. São Paulo explicou bem que a sexualidade insaciável é a causa da inferioridade natural das filhas de Eva, e, por dois mil anos, suas palavras continuarão ecoando: "não foi Adão que se deixou seduzir, mas a mulher, que, seduzida, caiu na transgressão". Tertuliano, um dos primeiros pais da Igreja não deixa a mulher esquecer que ela cedeu à sedução do tentador e por isso deve permanecer sob tutela: "E ignoras que Eva és tu? Está viva ainda, neste mundo, a sentença de Deus contra o teu sexo. Vive, como se impõe, como acusada. És a porta do diabo."

Por derivações e associações, a divisão grega resultará na figura da mulher como encarnação da sexualidade. Por sua sexualidade voraz e maléfica, a mulher é uma perigosa esfomeada de amor e carne humana. Tal via só poderia nos levar ao pavor do feminino que atravessou os séculos – de Santo Agostinho até o "Malleus Maleficarum" (O Martelo das Bruxas), a mulher é a sexualidade insaciável, vampiresca, e o homem é a agressividade e a razão, derivada da sublimação da agressividade. Da mesma maneira que o homem se identifica com a agressividade e a violência, a mulher é associada à sexualidade e à fecundidade/procriação.

Por isso a agressividade e a violência não fariam parte da feminilidade. A feminista americana Andrea Dworkin escreve em "Woman Haiting" (Ódio de Mulher) citada pelos jornalistas (p. 146): "Quando nós mulheres encontramos coragem de nos defender, de erguer um bastão contra o abuso e a brutalidade, estamos violando todas as noções de feminilidade que nos foram ensinadas."

O humano é humanizado por sua identificação com modelos oferecidos pelos adultos que a acolhem. Eles encarnam a sociedade e seus valores, normas, ideais (o que é certo e o que é errado, o que pode e o que não pode). Artes, novelas, cinema, literatura, mitos, rituais – encenam relações humanas e carregam fantasias socialmente valorizadas ou não, ideais com os quais nos identificamos e que transgredimos ou não.

É a educação que nos leva a conter nossos impulsos tirânicos, destrutivos, agressivos, eróticos oferecendo caminhos para sua sublimação e/ou repressão. Sem ela nós nos tornamos parteiros de déspotas mirins e déspotas marmanjos. Somos introduzidos na cultura à custa de introjetar esse policial que passa a nos vigiar sob a forma de superego ou consciência moral. O "liberou geral" desses impulsos (destrutivos e eróticos) provoca angústia e atiça o superego, que nos castiga com culpa e vergonha. "Édipo" (o de Sófocles) realizou sem saber seus desejos e terminou por furar seus olhos com o broche da mãe. Com que olhos poderia encarar os tebanos, depois de cometer seus crimes, e suportar o olhar de pai e mãe em sua descida ao Hades, sendo ele "um homem vil nascido de dois vis"?

CULPA

TERRORISMO CONJUGAL. TIREM AS CRIANÇAS DA SALA

No capítulo 2 (p. 39-54) Langley e Levy contam a história de Anne, que resumo: "A cabeça de Anne Jessup foi jogada para trás pela força do golpe. Primeiro ela fitou o marido, sem acreditar no que via, chocada. Depois, numa rápida sucessão, começou a chorar, gritar e, afinal, arremeteu-se furiosamente contra seu marido Nelson."

Casaram-se numa cerimônia que parecia inspirada num filme e, por seis meses, viveram um "casamento idílico". Trabalhavam, faziam planos para ter uma família e mudaram-se para Nova York. Começaram as dificuldades para achar um emprego que gostassem e Anne acha que esse foi o motivo daquela agressão inicial. No fim "Nelson sentiu-se arrasado pelo próprio sentimento de culpa", passou a noite toda se desculpando e fazendo promessas de nunca mais, sem conseguir "acreditar no que tinha feito". Anne sentia-se "suja, envergonhada e insignificante".

Viveram os meses seguintes como se aquilo nunca tivesse acontecido. Anne acreditou nas promessas. Mas os espancamentos voltaram e tornaram-se "mais violentos" e frequentes. O nascimento dos filhos (um casal) fez Anne dedicar-se à família e "gradualmente me afastei da espécie humana. Eu me sentia envergonhada, tão culpada que nunca queria ver ninguém." Nelson ficava meses sem agredi-la e repentinamente os espancamentos voltavam. "Às vezes um de meus filhos conseguia fazer que ele parasse". Numa das cenas desse filme de terror, um "murro no rosto" deixa Anne desacordada. Ela acorda e descobre que sua cabeça está dentro do forno com Nelson tentando ligar o gás. Luta por sua vida, consegue fugir pela primeira vez em busca de ajuda. Dirigiu a noite toda e percebeu que chegara à casa da irmã que, com o marido, tratou-a com frieza e indiferença. Levaram-na ao hospital, e, ao buscá-la em sua alta, a irmã avisou-a que Bob fora trazer Nelson, que contou "a verdadeira história". "Como homem decente que era, estava pronto para perdoar-me e me levar de volta para casa."

Nos outros meses o casal não se falou. Os filhos cresceram, tornaram-se adolescentes, o marido seguiu alternando os ciclos. Depois de imensa luta interna, Anne conseguiu pedir ajuda ao padre, que a ouviu, amigável. Ao final perguntou-lhe o que ela "estava fazendo para causar todo aquele problema".

Mais pancadarias, e, em meio a uma delas, Anne chamou o 911. Novamente Nelson mudou o personagem tornando-se "a própria imagem do civismo". Os policiais nada podiam fazer porque ela não tinha uma "testemunha da alegada agressão" concluindo: se ele paga as contas, "o que ele faz em sua própria casa é problema dele." Mal eles saíram, Nelson redobrou sua violência. Anne acordou decidida a se divorciar. Não conseguia ler direito a lista telefônica onde buscava uma advogada porque seus olhos estavam inchados demais pelas agressões. Escolheu um número, foi atendida pela secretária deixando um recado pedindo urgência. Desistiu de tanto esperar o retorno no qual já não acreditava. E pela primeira vez pensou seriamente em suicídio. Analisou cada método, escolheu, sentou-se no assento da privada com todos os remédios na mão. O telefone tocou, era ela. A advogada a ouviu, mandou um táxi e tomou todas as providências para um divórcio imediato que sequer precisou ir ao tribunal. Mesmo proibido de entrar em casa, Nelson a invadiu, fechou a porta, ameaçou-a, amassou a proibição judicial, abriu sua boca pelo maxilar onde jogou a bola de papel. Seguiu ameaçando-a. A cada noite Anne vive um pesadelo, sabendo "que essa pode muito bem ser a última noite em sua vida".

Quantas de nós nos deitamos com medo de não ver o dia? "Se eu dormir ele vai me sufocar com o travesseiro." Pesadelo diário vivido por anos, piorado se ele percebe que ela não o quer e sem que ela verbalize, que só sente por ele desprezo e pavor.

A alternância é característica da violência conjugal. Ela não chega dizendo seu nome, não se instala com uma placa, um roteiro, um mapa entregue à mulher com a certidão de casamento. É insidiosa, enganadora, ardilosa. Funciona por emboscadas, como no terrorismo, instalando-se primeiro como violência psicológica, que não deixa marcas nem pode ser reconhecida como tal. Em público o agressor vive um personagem. A intimidade o protege e desarma a mulher, que não o reconhece como o parceiro.

Olga satisfazia todas as vontades do marido sem ele precisar encostar nela. Ele dava o dinheiro atirando-o ao chão, obrigando-a a ficar de quatro para pegá-lo em silêncio. Ela reclamava, ele mentia: "não joguei, caiu sem querer, você está vendo coisas, não sei do que você tá falando, tá maluca? Você quer é arrumar uma briga". Ela já não sabe se viu o que viu, se viveu o que viveu e culpa-se por ter reclamado. O terrorista atingiu seu objetivo: inverteu a culpa, sua expertise essencial para o ciclo funcionar.

QUANTAS DE NÓS NOS DEITAMOS COM MEDO DE NÃO VER O DIA?

Já que ela é a culpada pela violência dele, se esforça para se desculpar, reparar seu erro. Quanto mais faz, mais ele exige: já imobilizada, caminha sem saber para a jaula do terrorista, o lar doce lar idealizado, a casa da qual seria a rainha. Publicamente homenageada, no esconderijo da privacidade aviltada e humilhada. Outros veem brincadeira onde a mulher sabe que é abuso e violência. Com limites tão fluidos e significações tão íntimas, num contexto secreto de ridicularizações e acusações, a mulher está presa na armadilha: só ela vê a agressão. "Você é deprimida, louca, vou te internar"; "Você não sabe cuidar dos filhos, vou tirar a guarda deles". Se ela o denunciar, avisa, dirá que é louca, que mente e quem vai acreditar nela, sendo ele, um político, advogado, médico, psiquiatra – um homem?

Marie-France Hirigoyen, psiquiatra, psicanalista, trata do efeito devastador da violência psicológica: "O gesto violento que se antecipa, mas não vem, tem um efeito tão destrutivo (ou até mais!) que o golpe realmente dado, que não chega necessariamente no momento que se espera" ("A violência no casal – Da coação psicológica à agressão física" [p. 47]). A fase das desculpas já é uma manipulação "perversa" para imobilizar a mulher. Com medo, ela quer acabar tudo. Mas o "arrependimento" dele, as promessas, alimentam suas esperanças. O ciclo da violência pode recomeçar.

E recomeça, mesmo sem qualquer esperança, e que nada mais sinta por esse homem que repugnância, ressentimento, desprezo, medo. Esse não é o homem com quem se casou, enganada por sua idealização. Que atração provocaria nela um homem covarde, hostil, inseguro, sem amor-próprio, que a afastou irreversivelmente? Mas como sair viva daquele antro? Essas violências são uma das principais causas de mortalidade feminina.

Paralisada pelo medo, ela fica, e a violência continua. E aumenta: por todos os poros ela transmite medo, indiferença, desprezo. Ele dobra a aposta. Conseguiu que ela o temesse, "baixasse a crista". Sofia, finalmente conseguiu tirar o marido de casa para seguir com a separação. Mas ele voltou com permissão judicial para pegar o resto de suas coisas. A ordem era não ficar sozinho. No quarto do casal ela sentou-se na cama e ele, de costas, tirava roupas de suas gavetas. De repente, começou a tirar dali escondidos em meio às roupas, facões. Um, mais um, e mais um... A cada um tirado ele se voltava para trás, olhava para ela e ria com deboche. Sofia teve a certeza de que não passara todo aquele tempo fantasiando: de fato ele se preparava para matá-la enquanto dormia, fosse sufocando-a com o travesseiro no meio da noite, fosse com um desses facões que ela jamais imaginaria. Afinal, a empregada lavava, passava e guardava a roupa dele. Impossível que não soubesse. Impossível que não fosse cúmplice. A mesma que estaria lá, no banco das testemunhas para depor a favor dele.

A violência física surge pela resistência da mulher à violência psicológica, quando o homem capta que sua presa está escapando, quando ele não consegue controlar uma mulher muito independente. "Só quando comecei a resistir às vontades dele é que surgiu a violência física. Aí eu entendi o que vinha vivendo todos aqueles anos." Quando a violência falou seu nome, Olga percebeu que estava dominada. Isso é o "trauma": vivemos algo, mas só depois, no *a posteriori*, nós lhe damos o sentido traumático. Se e quando ela consegue denunciá-lo, ele aumenta a violência, multiplica as retaliações e ameaças. O terrorista conjugal não sente culpa, vergonha e empatia. Não tem pressa nem medo, e pode gozar com sua crueldade protegido na privacidade do seu lar-esconderijo e na imunidade do seu gênero, que lhe garante supremacia. "Pô, cara, eu sou homem", "desculpou-se" o deputado de São Paulo no áudio da Ucrânia em guerra há uns dias.

POR QUE ELA FICA?

"Por que é tão difícil ir embora?" "Diante de tanta violência – hematomas, membros quebrados –, por que ela ficou todos esses anos com esse marido?", perguntam até profissionais recebendo uma vítima. A resposta das mulheres: "Não é fácil sair".

Dependência econômica, dizem uns; outros, dependência emocional. Sem esquecer a clássica, incendiária: mulher fica porque gosta de apanhar. Ironia ou não de Nelson Rodrigues, que com ela denuncia a culpa ancestral que a cultura nos atribui, a frase é um exemplo da inversão da culpa. Não, mulher não gosta de apanhar, mas o homem que agride sente prazer em abusar, humilhar, explorar, estuprar. O agressor submete o outro a seu domínio, bate e mata porque isso lhe dá prazer (pulsões).

O embate com as feministas faz parte da história da psicanálise. O "masoquismo feminino", conceito complexo, e até hoje objeto de debates entre psicanalistas. Os jornalistas americanos o retomam via Karen Horney em seu "Psicologia Feminina", para quem masoquismo feminino significaria que as mulheres buscam prazer no sofrimento. Respondem com o dr. Gelles (p. 147), sociólogo da Universidade de Rhode Island e autor de uma pesquisa sobre o espancamento de mulheres, uma das mais importantes. Para ele uma das maiores realizações dos Movimentos Feministas da década dos anos de 1970 foi sensibilizar as mulheres e a sociedade para os dois maiores crimes de que as mulheres são vítimas: agressão sexual e agressão física por seus maridos. As esposas espancadas e as vítimas de estupro são frequentemente acusadas de "terem pedido isso", merecido ou "gostado" desse tipo de tratamento ou "de ser vítimas". Certamente não merecem – não merecemos, não pedimos isso, não gostamos de ser vítimas nem temos prazer em sofrer.

Gilberto Gnoato se pergunta por que, em "Violência contra a mulher: por que elas permanecem em situação de risco com o parceiro violento?" Um dos méritos de sua tese é reconhecer que o problema não pode ser reduzido ao econômico; daí voltar-se para as mulheres independentes financeiramente, que permanecem em situação de risco porque estão "encarceradas pelo amor-romântico". "Amor-romântico" que sobrevive à violência conjugal? Esse amor vive de idealização e obstáculos que, ultrapassados, é só *The End*.

REFÉM

As análises da violência incluem a mulher só para apontar seus efeitos sobre filhos. É a "pedocracia". Mulher livre e igual? Ora, e o "Pô, cara, eu sou homem" que ouvimos diariamente no pagamento inferior do nosso trabalho, na ameaça psicológica e física às nossas vidas dentro ou fora de casa e nas tantas formas disfarçadas de nos desvalorizar e de nos mostrar que não valemos literalmente a mesma moeda?

Criamos a Lei Maria da Penha, mas nos apressamos a neutralizá-la com a lei da "alienação parental" que aumenta a vulnerabilidade da mulher, acorrentando-a ainda mais à posição de refém do marido agressor. Independente afetiva, psicológica e financeiramente, mas paralisada pelas ameaças repetidas de perder a guarda dos filhos, de vê-los feridos ou mesmo assassinados (ver o noticiário) pela acusação forjada de jogar os filhos contra o pai que ela e os filhos sabem ser um perigoso agressor, e pelo familismo típico da sociedade brasileira. Trabalho de Sísifo. E desesperador. Não por acaso Maria da Penha disse: "a lei da alienação parental é uma facada nas mulheres".[2]

Presa na emboscada, terá que lutar secretamente por sua liberdade e proteger os filhos das retaliações que inevitavelmente virão. Uma mulher que tem filhos com o agressor tem também um elo indissolúvel. Incapazes de se defender, é ela que cuida da integridade física, moral e psicológica deles; da educação e da formação do seu caráter dos filhos. E não é casual que as mulheres sob o risco da violência física do marido são as que estão entre os 30 e os 59 anos. (Mapa da Violência, 2015 citado por G. Gnoato).

Os filhos são a arma mais eficaz e poderosa do terrorista doméstico para controlar, isolar, submeter, paralisar, encarcerar sua refém. Ele os usa para enviar à mulher suas ameaças em uma linguagem que só ela decifra. Ela entende, ela sabe que através deles ele a controla e os trata conforme a submissão dela. Atrasar para levá-los à escola obrigando-os à vergonha de uma bronca: quem veria violência aí? Ela. Que assume para proteger os filhos, prejudicando sua capacidade de trabalho.

Enquanto ela amamenta um e cuida de outro(s), ele sai "para trabalhar" cedo, voltando à noite. Recusa-se a dividir os cuidados e a pagar uma pessoa qualificada: uma forma disfarçada de impedir seu retorno ao trabalho. Como ela pode recuperar sua liberdade e, ao mesmo tempo, continuar sendo mãe?

Ela precisa pensar na possibilidade de um(a) novo(a) parceiro(a) e suas consequências sobre os filhos, como falam por si casos como os de Isabella Nardoni, Bernardo Boldrini (assassinado com 11 anos de idade e já tendo implorado ao juiz que o tirasse de perto do pai e da madrasta); e do caso Henry em curso no Rio de Janeiro.

Maria Eduarda Marques de Carvalho, economista, é um caso exemplar. Foi casada por 25 anos com um político influente de Pernambuco. Registrou 10 boletins de ocorrência contra o marido que a obrigou a desistir. Em dezembro de 2021 deu entrevista à TV Globo com a esperança de salvar a sua vida: "Achei que estava muito perto da morte e resolvi falar". Durante os 25 anos em que esteve casada "ele batia, dava murro, dava chute. A vida inteira. Ele sempre me bateu". A repórter pergunta o que mais a chocou ou foi pior: "o estupro, a violência sexual".

Quando se casou com ele, ela já tinha dois filhos do primeiro casamento. A cada tentativa de se separar, ele os usava como arma para fazê-la voltar: "Ele ia mais cedo no colégio dos meus filhos, sequestrava meus filhos, levava para passear, ligava para mim dizendo que só devolvia quando eu ficasse com ele". O marido sempre ameaçou matá-la. Nos últimos tempos, as ameaças aumentaram: ele a "acordava de madrugada dizendo que eu saísse de casa naquela hora porque ele tinha acabado de sonhar que me matava. Outro dia, ele dizia que ia acontecer um acidente, ia aparecer um acidente e ninguém ia desconfiar que era ele que tinha mandado fazer alguma coisa". Lutando por sua vida, Eduarda o denunciou à TV, e a única coisa que quer agora "é viver". Esse é o momento em que ocorre a maioria dos assassinatos de mulheres. Mesmo depois de separados, a violência continua sem data para terminar, como qualquer caso o ilustra.

Vitória está sentada na sala de audiência de um fórum qualquer na Bananalândia. Corre o ano da graça de 2007. Ela entrou com uma ação de indenização contra o ex-marido porque, passado já um ano desde que ela se separou, não conseguiu deter a violência: ele continuou a persegui-la nas ruas e no trabalho, aterrorizando-a, constrangendo-a, intimidando-a. É um Chaplin brincando com "seu" globo naquela cena magnífica de "O Grande Ditador": "Imperador do mundo. Meu mundo". Não havia polícia, lei, medo, culpa ou vergonha que o parasse; já condenado algumas vezes pela Lei Maria da Penha, nada o detinha. Na ação, as provas da violência: insultos e ameaças de morte, intimidações, condenações da lei, e-mails trocados e mais de uma dúzia de testemunhas, entre amigos, colegas, familiares, algumas vindas de outros estados para testemunhar.

Na véspera da audiência, uma das testemunhas comunicou a Vitória que não iria mais: o problema era dela, que tinha escolhido aquela situação. O filho soube, chamou a mãe para comunicá-la, mas antes avisou: qualquer coisa que ela dissesse, a decisão dele já estava tomada e ele testemunharia. Mesmo tentando dissuadi-lo, era a decisão de um homem, maior de idade, formado, profissional com emprego.

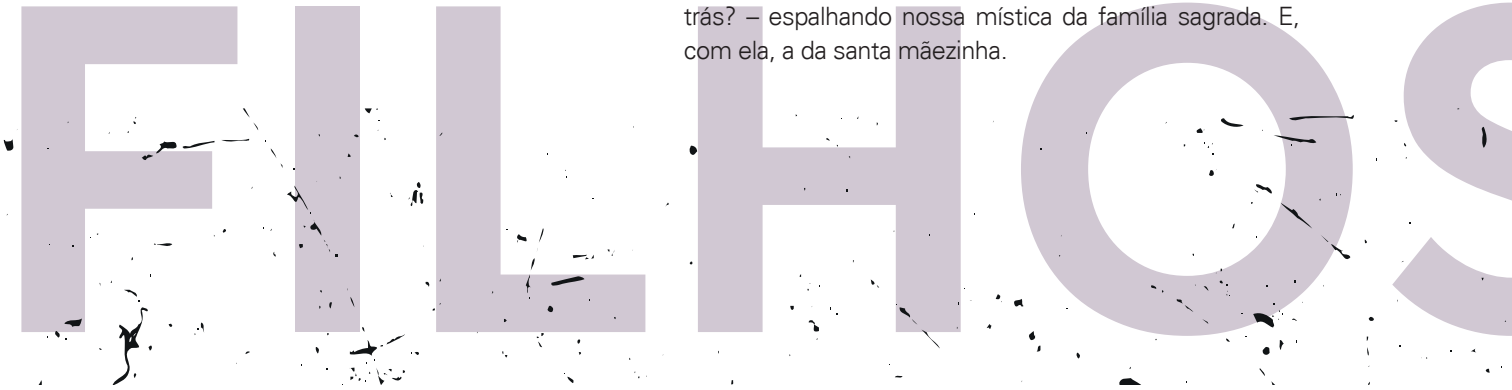
Sempre tentara resguardar os filhos mantendo discussões do casal no quarto. Mas o marido saía aos berros pela casa. Como observaram os jornalistas americanos, a imposição pela violência de um poder tirânico masculino e paterno na casa rebaixa todos os membros da família à sua fraqueza física e à sua fragilidade psíquica. Entretanto, a criança pequena um dia vira adulto. O terror, a humilhação, a dor de assistir em silêncio e sem poder falar com ninguém sobre o que vê transformam-se em entendimento e atos.

O filho foi o primeiro a ser chamado, o pai o proibiu alegando seus "direitos de pai" – seu poder sobre o filho, repetindo a humilhação e a violência psicológica reconhecíveis. O juiz concedeu porque, afinal era preciso preservar a família. Terá sido também para isso que proibiu o depoimento das testemunhas de Vitória? Já que o doutor só tinha quatro, que a doutora escolhesse só quatro entre as que estavam esperando do lado de fora.

Entre os e-mails trocados pelo casal, uma sequência referia-se à manhã em que o filho assistiu da porta aberta do quarto deles o pai dando um tapa na mãe enquanto ela ainda dormia. Ao vê-lo o pai mentiu: "foi ela que começou". No e-mail o pai, cobrado pela mãe, se desculpa. Ela responde falando da violência que ele sabidamente fez ao filho, levando-o a duvidar de si, do que vira, a pensar que estava louco, vendo coisas – armadilha do terrorista. Como escreveu Virgili (p. 93): "Há um consenso sobre o quadro privado e secreto no qual se exerce a violência conjugal. Há quem a considere sua principal especificidade: é no privado e na intimidade das relações que a violência conjugal se exerce. Ela é invisível (...). Os primeiros testemunhos são os filhos."

Em "Sobre mães e madrastas" publicado em O Globo, Roberto Da Matta escreve sobre "a tragédia" de Isabela Nardoni e o familismo, característica das mais típicas do país: "a força da tradição familística brasileira" é tão entranhada em nós que levou o então presidente Lula a apresentar aquela que era sua ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, como a "mãe, tia e avó" do PAC, restando à oposição ser a madrasta do Brasil.

Alguma dúvida de que, pelo andar da carruagem imperial estamos prestes a inscrever a "Família" na bandeira nacional? Seguimos firmes honrando nossa tradição e, como sacerdotes do atraso, vamos em frente – ou para trás? – espalhando nossa mística da família sagrada. E, com ela, a da santa mãezinha.



CARMEN, UMA OBRA DO DIABO

"Se fosse possível imaginar Sua Majestade Satânica escrevendo uma ópera, "Carmen" seria o tipo de obra que se esperaria", disse o Music Trade Review, de Londres, sobre a cigana que estreou na ópera em Paris em meio a grande escândalo. Cigana e bruxa, de que outro lugar teria saído essa criatura que não do ventre de Satã? Diz o ditado cigano:

Onde quer que haja ciganos
Haverá bruxas, sem engano

Maria Gonçalves Cajada, de alcunha "Arde-lhe o Rabo", era uma bruxa muito conhecida na Terra de Santa Cruz. Degredada de Aveiro, Portugal, primeiro para Pernambuco depois para a Bahia, "Arde-lhe o rabo" era acusada de cometer crimes de feitiçaria. A bruxa tinha poderes de curar, fazer feitiços e encantos para "amarrar" a pessoa amada ou matar. Conforme registra o Santo Ofício quando a Inquisição esteve na Bahia, entre 1591 e 1594, Maria Cajada se entregava ao Demônio num ritual:

À meia-noite no meu quintal, com a cabeça no ar, com a porta aberta para o mar, eu enterro e desenterro umas botijas e estou nua da cintura para cima e com os cabelos soltos e falo com os diabos e os chamo, e estou com eles em muito perigo.

Você pode estar se perguntando o que Carmen e a bruxa têm a ver com o terrorismo doméstico? Tudo. "Não foi Adão que se deixou seduzir, mas a mulher, que, seduzida, caiu na transgressão." "És a porta do diabo."

"Pô, cara, eu sou um homem", explica um homem o ato privado que veio a público. A frase desperta reações não causadas pelas apalpadas dadas pelo deputado diante da mesa da Presidência da casa legislativa – que faz nossas leis, essas que regem a prática discriminatória disfarçada da sociedade. Em países muçulmanos, como o Islã, de onde fugiu Ayaan Hirsi Ali, a "remoção dos genitais femininos" tem o objetivo de controlar a sexualidade das meninas e mulheres. Como o *hijab*, o véu que esconde o corpo da mulher, único que pode proteger o homem do poder de encantamento que esse corpo exerce e impedi-la de "excitar os homens e de levar a sociedade" ao caos. A professora ensinava que "por sermos mulheres, éramos imensamente poderosas". Alá nos criou de tal maneira que "o cabelo, as unhas, os calcanhares, o pescoço e os tornozelos – cada pequenina curva do nosso corpo era excitante". O que mostra que o Islã representa os homens como "feras terríveis, irresponsáveis e imprevisíveis, que perdem todo o autocontrole ao verem uma mulher". Quando essas feras "veem uma mulher descoberta, saltam imediatamente sobre ela". Daí concluir: "um homem muçulmano não tem por que aprender a se controlar. Não precisa e não é ensinado a fazê-lo. A moral sexual destina-se exclusivamente às mulheres, sempre culpadas por qualquer desvio".

Por aqui não removemos os genitais femininos. Talvez a pílula e os feminismos nos ensinaram outros meios de impedir a mulher de gozar da (e com) sua sexualidade como faz a bruxa, figura que encarna o poder da mulher sobre sua sexualidade. "Ah", você pode argumentar, "mas o desejo da bruxa tem dono, ela é cria do Diabo". E se o Diabo ocultasse uma figura feminina mais ameaçadora que aqui posso apenas invocar?

Bosch pintou utensílios de cozinha no ventre de Satã no Inferno, e, na iconografia demoníaca recebida do Oriente pela Europa dos séculos XV-XVI, a figura demoníaca tem seios femininos. Como escreveu Delumeau, a China enviou "ao Ocidente hordas de diabos com asas de morcego e com seios de mulher" (p. 242). Em "Uma neurose demoníaca do século XVII" (1922) Freud analisa o caso do pintor Christoph Haizmann (1677), que fez um pacto com Satã comprometendo-se a ele se entregar por nove anos. Renato Mezan retoma esse texto e essa "particularidade notável" da fantasia do pintor: os dois seios que ele atribui ao Diabo. Com Monique Schneider, o psicanalista encontra na figura do Diabo uma projeção defensiva e extremamente complexa da mãe.

Carmen escolhe com quem gozar sua sexualidade. Sem culpa, e isso é fundamental. "O amor é um pássaro rebelde que ninguém pode aprisionar (...) o amor é uma criança cigana que jamais conheceu a lei", canta a cigana de Bizet-Mérimée. Por essa época surgiam Emma Bovary e Anna Karênina: ambas tentam gozar da sua sexualidade e têm o mesmo final. A primeira toma veneno, e a segunda atira-se nos trilhos do trem.

O objeto da dominação do homem é o domínio da sexualidade feminina. "Empoderamento" é expressão puritana boa para ocultar a dimensão sexual essencial à dominação masculina que uma brochada põe em questão, acordando sua angústia de castração. A hierarquia "natural", a superioridade, tem na verticalidade do membro ereto sua expressão simbólica. Daí a agressividade para reassegurá-lo de seu poder, da sua potência perdida com a brochada e que torna sua mulher testemunha da sua falibilidade.

Carmen não se mata por culpa, como Emma e Anna: ela é morta pelo tiro de Don Jose. Por isso eu a tomo como símbolo da liberdade sexual conquistada com a pílula, que assegurará à mulher o direito à igualdade no domínio sexual: direito de escolher seus parceiros, de viver o orgasmo, de se deslocar da posição de objeto do desejo para a de sujeito do seu desejo. Impondo ao homem um *recall* da sua imagem, que precisará se virar nos trinta se quiser sentir-se à altura de seus rivais (como manda sua fantasia).

Melhor não mexer na história da personagem trágica e libertária, invertendo a mão do crime: de vítima à autora da violência. Nova versão de clássicos é censura, e censura nunca é a solução. Sai a censura e entra a educação, que não se confunde com doutrinação. Numa palavra, civilidade ainda que tardia. •

A autora é pós-doutora em Psicologia Clínica
marcia@marcianeder.com.br

BIBLIOGRAFIA

Ayaan H. Ali. *Infiel: história de uma mulher que desafiou o Islã*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

Barbara G. L. Baptista. *Imparcialidade – É uma coisa que não existe?* Revista Insight Inteligência, n. 95, 2021.

Bruxaria cigana https://carmemromanionline.com/cursos/bruxaria--cigana/

Fabrice Virgili. *História da Virilidade,* vol. 3: *A virilidade em crise? Séculos XX-XXI*. Dir. Jacques Courtine. Petrópolis: Vozes, 2013.

Gilberto Gnoato, *Violência contra a mulher: por que elas permanecem em situação de risco com o parceiro violento?* Curitiba: Juruá, 2019.

Jean Delumeau. *História do Medo no Ocidente 1300-1900*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Laura de Mello e Souza. *O Diabo na Terra de Santa Cruz*, São Paulo: Schwarcz, 1987.

Marcia Neder. *Déspotas mirins, o poder nas novas famílias*. Porto Alegre: Metamorfose, 2ª. ed., 2018.

Marcia Neder. *Os filhos da mãe*, São Paulo: Leya, 2016.

Marcia Neder. *Carmen e sua fatalidade – misoginia e tribunal da ereção*. Revista Insight Inteligência, n. 80, 2018.

Marcia Neder. *A Arte de Formar. O feminino, o infantil e o epistemológico*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Marie-France Hirigoyen. *A violência no casal – Da coação psicológica à agressão física*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 47- 56-57-58, 2006.

Mark Twain. *Following the Equator*. [s/edit.],1897.

R. Langley e R. Levy. *Mulheres Espancadas. Fenômeno invisível*. São Paulo: Hucitec, 1980.

Mary del Priore. *Sobreviventes e Guerreiras. Uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. São Paulo: Planeta, p. 7 [livro eletrônico], 2020.

Renato Mezan. *Freud, Pensador da Cultura*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1985.

S. Freud. *Uma neurose demoníaca do século XVII*. Obras Comp., vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

NOTAS DE RODAPÉ

1. *The joy of killing! The joy of seeing killing done – these are the traits of the human race at large*.

2.A promotora do MP-SP, que estava na bancada de entrevistadores no programa Roda Viva com Maria da Penha, em 26/11/2018, acrescenta: "ela é uma outra facada nas mulheres, é um ataque porque é uma ameaça de retirar os filhos". E Maria da Penha concorda: "É, e a gente vê muito absurdo em relação a isso".